

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 5805/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) em reunião de 18 de Abril de 2006:

Dr.ª Ana Maria Nunes de Oliveira Santos — designada coordenadora do Gabinete Médico-Legal do Funchal, com efeitos a partir de 19 de Abril de 2006, considerando-se ratificados todos os actos praticados a partir de 1 de Abril de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 10 692/2006 (2.ª série). — A Águas do Algarve, S. A., concessionária em regime exclusivo da concepção, construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Algarve, pretende promover no concelho de Olhão a empreitada de execução dos sistemas interceptores e elevatórios de Olhão e reabilitação da ETAR de Olhão poente.

A intervenção pretendida incide em terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), nas ocorrências «cursos de água» e «faixa de protecção à laguna», por força da delimitação da REN constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2000, de 14 de Julho.

Considerando que o presente projecto configura uma infra-estrutura que apresenta uma natureza de inegável serviço público, uma vez que visa fundamentalmente contribuir para a gestão integrada dos recursos hídricos da região, mediante a construção e exploração adequada das infra-estruturas de tratamento e destino final previstas e a reutilização das águas depuradas em fins adequados, visando servir uma população em crescimento, da ordem de 966 404 habitantes no horizonte de 2006 e de 1 093 490 habitantes em 2025;

Pretendendo-se, em concreto, proceder à implementação dos projectos designados:

- «Execução do sistema interceptor nascente (concelho de Olhão);
- «Execução do interceptor de Moncarapacho»;
- «Execução do sistema de intercepção da zona nascente de Olhão — Sistema elevatório e interceptor de Quelfes»;
- «Execução do sistema elevatório e interceptor de Pechão»; e
- «Remodelação e ampliação das ETAR de Figueira e Olhão poente — Reabilitação da ETAR de Olhão poente»;

Considerando não existirem alternativas viáveis para a implantação da referida infra-estrutura, nomeadamente em áreas não delimitadas como REN;

Considerando o facto de o traçado das condutas se localizar, de uma forma geral, ao longo das estradas e caminhos existentes, evitando-se, sempre que possível, quer o cruzamento das linhas de água quer a instalação de câmaras-de-visita fora das extremas das propriedades atravessadas no que diz respeito às travessias dos terrenos de exploração agrícola permanente por forma a permitir a conveniente salvaguarda da drenagem natural;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Olhão, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/95, de 31 de Maio, não obsta a concretização do projecto;

Considerando que a Comissão Regional da Reserva Agrícola do Algarve emitiu parecer favorável relativamente à utilização não agrícola de solos integrados na Reserva Agrícola Nacional;

Considerando os pareceres favoráveis emitidos pelo Instituto da Conservação da Natureza, no âmbito da Rede Natura 2000, e pelo Parque Natural da Ria Formosa (PNRF);

Considerando o parecer emitido pela Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Algarve (CCDR-Algarve), que identifica as medidas de minimização, as quais deverão ser cumpridas na execução do projecto, designadamente:

- A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo necessário para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material, devendo os trabalhos de instalação das condutas desenvolverem-se numa faixa mínima (aproximadamente 5 m);

O movimento de máquinas deverá ser restringido ao estritamente necessário, utilizando-se sempre os mesmos acessos, tendo em vista evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

As movimentações de terras deverão decorrer em períodos secos, por forma a evitar fenómenos erosivos;

Após a realização dos trabalhos terão de ser removidos materiais e entulhos para local adequado, por forma, nomeadamente, a não obstruir os leitos das linhas de água;

Deverá igualmente proceder-se à renaturalização das áreas não pertencentes à zona a intervir que tenham sido afectadas, nomeadamente através da descompactação e arejamento dos solos com recurso à escarificação ou gradagem do solo e da recuperação do coberto vegetal recorrendo-se à utilização de vegetação autóctone;

Devido às elevadas mortalidades de aves provocadas pelo sistema de tratamento de lagunagem, deverá o projecto adoptar mecanismos que impeçam a utilização de lagoas por parte da avifauna;

Considerando que a empresa Águas do Algarve, S. A., terá obrigatoriamente de solicitar junto da CCDR-Algarve a licença de utilização do domínio hídrico, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, sempre que se verifiquem intervenções numa faixa de 10 m para cada lado das margens das linhas de água:

Determino, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, que seja reconhecido o interesse público da empreitada de execução dos sistemas interceptores e elevatórios de Olhão e reabilitação da ETAR de Olhão poente, sujeita ao cumprimento das medidas de minimização supramencionadas, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

19 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 10 693/2006 (2.ª série). — Considerando a necessidade de assegurar o exercício das funções correspondentes ao cargo de chefe de divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação, presentemente vago por motivo de cessação de funções do anterior titular;

Considerando que, independentemente de se dever condicionar a abertura do procedimento concursal à nova estrutura resultante dos trabalhos em curso motivados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 8 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 4 de Agosto de 2005, se torna indispensável garantir as necessárias condições de estabilidade para serem prosseguidas as competências e atribuições da Divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação;

Ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Maria da Conceição Rosado da Fonseca para exercer o cargo de chefe de divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação, em regime de substituição.

2 de Março de 2006. — O Secretário-Geral, *Arnaldo M. R. Pereira Coutinho*.

Despacho n.º 10 694/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo Maria Cristina Maya Múrias, assistente administrativa especialista do quadro desta Secretaria-Geral, para exercer no meu gabinete as funções de secretariado, com efeitos a partir de 16 de Abril de 2006.

26 de Abril de 2006. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

Rectificação n.º 751/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 9072/2006 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 21 de Abril de 2006, rectifica-se que, no n.º 1, onde se lê «é delegada no presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte)» deve ler-se

«é delegada no presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo».

2 de Maio de 2006. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 5806/2006 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Abril de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de delegação de competências conferida pelo despacho PRE 20 946/2005, de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005:

Maria Isabel Carrigo Ferreira, assistente administrativa especialista do quadro da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais — autorizada a transferência para idêntico lugar do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 10 695/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 2.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado em Engenharia do Ambiente Luís Eduardo Mendes Ferreira para exercer, por urgente conveniência de serviço e em regime de substituição, o cargo de presidente da comissão directiva do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

A presente nomeação, em regime de substituição, fundamenta-se na experiência profissional do nomeado para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

Esta nomeação produz efeitos desde 1 de Fevereiro de 2006.

18 de Abril de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

(técnico superior de 1.ª classe do PNSACV)

Dados pessoais

Luís Eduardo Mendes Ferreira.
45 anos.
Natural de Lisboa.

Formação académica

Licenciatura em Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências e Tecnologia.
Pós-graduação em Estudos Africanos — ISCTE, 1998-2000.

Formação complementar

Estágio sobre problemas ambientais concelhios; cursos diversos sobre avaliação de impactes ambientais, análise de riscos de projectos, análise de riscos em avaliação de impactes ambientais; técnicas de desenvolvimento de consenso em gestão do ambiente.

Experiência profissional diversa

Departamento de Ambiente da Universidade Nova de Lisboa — análise laboratorial de efluentes de explorações pecuárias.
Monitor de diversos cursos associação de directores de hotéis, Câmara Municipal de Cascais; fiscalização de empreitadas; elaboração de estudos de incidências ambientais.
Coordenador logístico de missões humanitárias em Angola.
Elaboração do esboço de ordenamento biofísico da ilha do Sal — Cabo Verde —, para a Câmara Municipal do Sal.
Membro da missão diplomática de Portugal em Timor Leste em 1999 e 2001.

Coordenador administrativo dos Médicos do Mundo para as missões humanitárias no Sri Lanka — apoio às vítimas do *tsunami* de Fevereiro de 2005.

Ministério do Ambiente /ICN

Técnico superior do ICN em 1983-1984 e desde Junho de 1986 até à actualidade.

Participação na elaboração do plano de macrozonamento da APPSC. Coordenação da acção do SNPRCN nos açudes de Monte da Barca e Agolada.

Presidente interino da comissão instaladora da APPSO.

Coordenação dos trabalhos de estabilização do sistema dunar do Guincho.

Responsável pelo programa de demolição das construções clandestinas da foz do Falcão e da praia do Magoito.

Coordenação da Divisão de Educação Ambiental da APPSC.

Avaliação de incidências ambientais de projectos; análise de projectos de ETAR; coordenador de comissões de avaliação de impacte ambiental de diversos projectos; representante do ICN em comissões de avaliação de impacte ambiental de algumas dezenas de projectos.

Representante do ICN em comissões de acompanhamento de obra e minimização de impactes ambientais.

Divisão de Ordenamento e Projectos: coordenação dos trabalhos do plano de ordenamento preliminar do Parque Natural de Montesinho. Grupo de trabalho do litoral — acompanhamento dos trabalhos de elaboração do POOC de Vilamoura-Vila Real de Santo António. Representante do ICN no POOC de Alcobça-Mafra.

ICN — Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina — 1999 — . . .

Membro da comissão de acompanhamento das obras da barragem de Odelouca; membro da equipa que elaborou o plano estratégico para as aldeias de Budens e Carrapateira para a CCDR do Algarve; acompanhamento de planos, projectos e obras diversas; acompanhamento do PDM de Lagos e da revisão do PROTAL.

Representação do PNSACV na comissão de preparação da candidatura de Sagres a património mundial; acompanhamento e implementação dos trabalhos do POOC de Sines-Burgau; elaboração de PAOC e UOPG; membro de conselhos cinegéticos; membro de diversas comissões municipais de prevenção de incêndios florestais; responsável pela área de energias renováveis; orientador de diversos estágios do ICN.

Despacho (extracto) n.º 10 696/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Fevereiro de 2006 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Carlos Alberto Marcelino de Albuquerque, técnico superior do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, a exercer em comissão de serviço o cargo de presidente da comissão directiva do Parque Natural de Sintra-Cascais — renovada a comissão de serviço no mesmo cargo, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a partir de 17 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins*.

Louvor n.º 476/2006. — Na qualidade de coordenador da equipa que participou na 8.ª Convenção Mundial sobre a Diversidade Biológica, que decorreu entre 20 e 31 de Março no Brasil, louvo os colaboradores que integraram esta missão pelo profissionalismo e eficácia funcional, tendo contribuído para o prestígio do País no quadro da representação portuguesa nesta Convenção Mundial.

Entendo, por esta razão, dever prestar público louvor a todos quantos estiveram envolvidos naquela missão, designadamente:

Dr.ª Alexandra Carvalho (GRI do MAOTDR).
Prof.ª Isabel Sousa Pinto (Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P.).
Dr. Marco Rebelo (GRI do MAOTDR).
Dr.ª Maria de Lurdes Serpa Carvalho (ICN).
Dr.ª Maria Elisa Encarnação Jorge Oliveira (ICN).
Dr.ª Maria João Burnay Lancaster Lourenço (ICN).
Dr.ª Marina Lowenstein Sequeira (ICN).
Dr. Mário Alexandre Lopes Rodrigues Silva (ICN).
Dr. Pedro Ivo Allenó Arriegas e Cruz (ICN).
Dr.ª Sandra Moutinho (ICN).

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.